

Revista Brasileira de Direito Comercial Empresarial, Concorrencial e do Consumidor

v. 12 n. 66

fevereiro/abril 2026

Classificação Qualis/Capes: B4

Editor

Fábio Paixão

Coordenação

Flávio Tartuce

Conselho Editorial

Amanda Athayde – Anderson Schreiber – André Luiz Arnt Ramos – André Santa Cruz
Andres Varizat (Argentina) – Bruno Miragem – Carlos Eduardo Elias de Oliveira
Cesar Santolim – Cláudia Lima Marques – Emílio Moro (Argentina) – Enrique Varsi (Peru)
Fabio Bellote Gomes – Fernanda Tartuce – Giselda M. F. Novaes Hironaka
Gladston Mamede – Gustavo Cerqueira (França) – João Glicério
Jorge Morais Carvalho (Portugal) – Joseane Suzart – Juliana Loss de Andrade
Juliana Oliveira Domingues – Larissa de Moraes Leal – Laura Schertel Mendes
Marcelo Junqueira Calixto – Marcelo Lauar – Maurício Bunazar
Marlon Tomazette (*in memoriam*) – Michele Siri (Itália) – Oksandro Gonçalves
Paulo Roque Khouri – Ricardo Lupion – Roberto Pfeiffer – Rodolfo Pamplona Filho
Roger Vidal (Peru) – Rosângela Lunardelli Cavallazzi – Sandra Passinhas (Portugal)
Sergio Gilotta (Itália) – Uinie Caminha – Virginia Zambrano (Itália)

Colaboradores deste Volume

Ana Cristina Duarte Pereira Murai – André Antunes Soares de Camargo
Caio Normande Colombo – Christina Oliveira – Eduardo Paixão Caetano
Elias Marques de Medeiros Neto – Eveline Denardi – Fernanda Bragança
Gabriel Gomes da Luz – Greiciane de Oliveira Sanches – José Carlos Francisco Filho
Joseane Suzart Lopes da Silva – Juliana Bumachar – Juliana Loss
Juliana Martins Teixeira Marques Cordeiro – Leonardo Estevam de Assis Zanini
Marcella Moreira – Mauricio Lima de Melo e Motta – Rodrigo Almeida Magalhães

Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor

v. 1, n. 1 (out./nov. 2014)-.- Porto Alegre: Magister, 2014

Trimestral

v. 12, n. 66 (fev./abr. 2026)

ISSN 2359-1137

1. Direito Comercial – Periódico. 2. Direito Concorrencial – Periódico.
3. Direito do Consumidor – Periódico.

CDU 347.7(05)

CDU 346.1(05)

CDU 347.451.031(05)

Ficha catalográfica: Leandro Augusto dos S. Lima – CRB 10/1273

Capa: Editora Magister

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Apresentação

A *Revista Brasileira de Direito Comercial – Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, peculiar e prestigiosa publicação direcionada à comunidade jurídica nacional, chega ao número 66, com temas de grande relevo para os profissionais das áreas que o periódico abrange.

Abrimos este volume com o ensaio da Conselheira Editorial Juliana Loss de Andrade intitulado *A tutela cautelar antecedente em recuperação de empresas: reflexos práticos da aplicação da Lei nº 14.112/2020*. Em coautoria com Juliana Bumachar, Fernanda Bragança e Marcella Moreira, as juristas analisam os resultados práticos da reforma efetuada pela Lei nº 14.112/2020 nos institutos da recuperação e falência de empresas no Brasil, sendo um dos seus principais marcos o impulso à utilização de abordagens consensuais, notadamente da mediação, inclusive em momento anterior ao ajuizamento da recuperação empresarial.

O *regime jurídico da compra e venda no direito alemão* é o texto apresentado por Leonardo Estevam de Assis Zanini. O autor traz um estudo panorâmico do contrato de compra e venda no direito alemão, examinando as obrigações de cada parte, a garantia contra vícios e a cláusula de reserva de domínio. O texto identifica aproximações e diferenças relevantes em relação ao direito brasileiro, oferecendo ao leitor um panorama crítico das soluções adotadas na Alemanha e de sua eventual utilidade para a reflexão dogmática no contexto brasileiro.

O terceiro estudo desta edição é escrito por André Antunes Soares de Carmargo e Juliana Martins Teixeira Marques Cordeiro, desenvolvido no programa de Mestrado da Faculdade Escola Paulista de Direito, cujo título é *Resolução extrajudicial de conflitos nas relações de consumo: a viabilidade da Online Dispute Resolution (ODR) para as empresas fornecedoras*. Propõem os autores uma análise acerca da complexidade das novas demandas consumeristas e da importância dos meios extrajudiciais de solução de conflitos, a partir de uma avaliação crítica de seus fundamentos, benefícios e limitações.

A doutrina continua com o artigo *Rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar: o julgamento, em 2025, da ADI nº 7.265/DF e do REsp nº 2.178.716/SP, sobre medicamento off label: a relevância e o peso de direitos fundamentais (saúde e proteção ao consumidor) não podem ser equiparados à liberdade mercadológica*. A Conselheira Editorial Joseane Suzart Lopes da Silva examina o julgamento da ADI 7.265/DF, que questionou a incompatibilidade da Lei nº 14.454/2022 com a Carta Maior de 1988, bem como do REsp 2.178.716/SP.

Na sequência, Greiciane de Oliveira Sanches e José Carlos Francisco Filho tratam do *Extratativismo digital e abuso de posição dominante: limites do sistema regulatório brasileiro à luz do caso Bundeskartellamt vs. Facebook*. A pesquisa visa identificar se o arca-

bouço regulatório existente no Brasil é suficiente para enfrentar práticas empresariais potencialmente abusivas no ambiente digital, a partir do precedente mencionado.

O artigo *Compliance anticorrupção: convergências entre a Lei nº 12.846/2013 e o Foreign Corrupt Practices Act*, de autoria de Elias Marques de Medeiros Neto e Ana Cristina Duarte Pereira Murai, faz uma análise comparativa entre os elementos normativos da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Brasileira) e do *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA), com ênfase na concepção e na estruturação dos programas de *compliance* anticorrupção.

Eduardo Paixão Caetano contribui para esta edição com o estudo *Ressignificação da alienação fiduciária: o investidor de leilão como agente de solução social*. O artigo analisa, sob perspectiva jurídico-econômica, a oportunidade representada pelos leilões extrajudiciais de imóveis regidos pela Lei nº 9.514/1997, especialmente para o servidor público que deseja investir de forma ética e sustentável.

A Professora Adjunta na Coimbra Business School, Christina Oliveira, participa da edição com a pesquisa intitulada *Os contratos celebrados à distância e a sua figura distinta dos contratos celebrados fora do estabelecimento comercial: a figura híbrida*. A autora aborda o regime jurídico português dos contratos celebrados à distância e dos contratos celebrados fora do estabelecimento comercial, consagrados pelo Decreto-Lei nº 24, de 14 de fevereiro de 2014.

Seguimos com o estudo *Soluções alternativas antipunitivistas em delitos empresariais: uma análise criteriosa do ANPP*, de autoria de Caio Normande Colombo, Eveline Denardi e Mauricio Lima de Melo e Motta, que examinam o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) como mecanismo de responsabilização em delitos empresariais, analisando sua função e instrumento de políticas públicas voltadas à efetivação dos direitos humanos.

Finalizamos a edição com o artigo *Autorização precária nos atos de notificabilidade: o poder de cautela do conselheiro-relator*. Nele, Gabriel Gomes da Luz e Rodrigo Almeida Magalhães, analisam a utilização da autorização precária nos atos de notificabilidade no âmbito do direito concorrencial brasileiro, com foco no poder de cautela do conselheiro-relator do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Examinam a atualização trazida pela Lei nº 12.529/2011, que introduziu a possibilidade de concessão de autorização precária nos atos de concentração, destacando sua aplicação prática e seus efeitos no mercado.

Como se pode notar, os artigos interessam diretamente à teoria e à prática do Direito Privado Brasileiro, fomentando o debate jurídico em todos os seus níveis.

Bons estudos, é o que sempre desejo.

São Paulo, abril de 2026.

Flávio Tartuce
Coordenador da Revista

Sumário

Doutrina

1. A Tutela Cautelar Antecedente em Recuperação de Empresas: Reflexos Práticos da Aplicação da Lei nº 14.112/2020
Juliana Loss, Juliana Bumachar, Fernanda Bragança e Marcella Moreira 7
2. O Regime Jurídico da Compra e Venda no Direito Alemão
Leonardo Estevam de Assis Zanini..... 23
3. Resolução Extrajudicial de Conflitos nas Relações de Consumo: a Viabilidade da *Online Dispute Resolution* (ODR) para as Empresas Fornecedoras
André Antunes Soares de Camargo e Juliana Martins Teixeira Marques Cordeiro..... 44
4. Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar – o Julgamento, em 2025, da ADI nº 7.265/DF e do REsp nº 2.178.716/SP, Sobre Medicamento *Off Label*: a Relevância e o Peso de Direitos Fundamentais (Saúde e Proteção ao Consumidor) Não Podem Ser Equiparados à Liberdade Mercadológica
Joseane Suzart Lopes da Silva 70
5. Extrativismo Digital e Abuso de Posição Dominante: Limites do Sistema Regulatório Brasileiro à Luz do Caso *Bundeskartellamt vs. Facebook*
Greiciane de Oliveira Sanches e José Carlos Francisco Filho 92
6. *Compliance* Anticorrupção: Convergências entre a Lei nº 12.846/2013 e o *Foreign Corrupt Practices Act*
Elias Marques de Medeiros Neto e Ana Cristina Duarte Pereira Murai 111
7. Resignificação da Alienação Fiduciária: o Investidor de Leilão como Agente de Solução Social
Eduardo Paixão Caetano 132
8. Os Contratos Celebrados à Distância e a sua Figura Distinta dos Contratos Celebrados Fora do Estabelecimento Comercial: a Figura Híbrida
Christina Oliveira..... 143
9. Soluções Alternativas Antipunitivistas em Delitos Empresariais: uma Análise Criteriosa do ANPP
Caio Normande Colombo, Eveline Denardi e Mauricio Lima de Melo e Motta 156
10. Autorização Precária nos Atos de Notificabilidade: o Poder de Cautela do Conselheiro-Relator
Gabriel Gomes da Luz e Rodrigo Almeida Magalhães 178